

Adami S/A. -  
Madeiras

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800, Fax +55 (47) 3205-7815  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
Adami S/A. - Madeiras  
Caçador - SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Adami S/A. - Madeiras (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Adami S/A. - Madeiras em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 10 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini  
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

## Adami S/A. - Madeiras

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	112.527	73.486	Fornecedores		35.585	47.851
Aplicações financeiras	6	39.576	32.007	Empréstimos e financiamentos	15	75.976	140.265
Contas a receber de clientes	7	87.586	90.278	Debêntures	16	30.431	30.498
Estoques	8	56.924	60.731	Salários e encargos sociais		13.066	11.910
Impostos a recuperar	9	39.595	40.268	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		2.931	10.153
Ativos biológicos	10	29.909	29.260	Adiantamento de clientes		2.009	244
Instrumentos financeiros derivativos	23.j	193	16.731	Impostos e contribuições à recolher		4.484	16.634
Outras contas a receber		5.439	5.209	Instrumentos financeiros derivativos	23.j	27.642	-
		<u>371.749</u>	<u>347.970</u>	Outras contas a pagar		<u>13.577</u>	<u>14.750</u>
						205.701	272.305
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Impostos a recuperar	9	21.861	21.622	Empréstimos e financiamentos	15	244.860	122.663
Depósitos judiciais	11	7.089	6.376	Debêntures	16	68.030	98.265
Dividendos a receber		1.832	2.192	Impostos e contribuições à recolher		349	638
Instrumentos financeiros derivativos	23.j	-	2.544	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	121.765	136.591
Outras contas a receber		5.808	4	Provisão para contingências	11	<u>2.263</u>	<u>5.569</u>
Mutuos com partes relacionadas	17.b	650	1.178			437.267	363.726
Investimentos	13	34.576	33.852				
Imobilizado	14	447.620	471.922				
Ativos biológicos	10	<u>192.186</u>	<u>189.537</u>				
		711.622	729.227	<b>Patrimônio líquido</b>	18		
				Capital social		100.000	100.000
				Ajustes de avaliação patrimonial		177.361	182.486
				Reservas de lucros		<u>163.042</u>	<u>158.680</u>
						440.403	441.166
Total do ativo		<u>1.083.371</u>	<u>1.077.197</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.083.371</u>	<u>1.077.197</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	19	561.056	561.197
Custo dos produtos vendidos	20	<u>(416.324)</u>	<u>(387.076)</u>
<b>Lucro bruto</b>		144.732	174.121
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>			
Vendas	20	(80.088)	(83.170)
Administrativas	20	(36.069)	(37.068)
Resultado da equivalência patrimonial	13	7.714	9.231
Outras receitas e despesas operacionais	21	<u>22.570</u>	<u>64.080</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		58.859	127.194
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	22	92.063	60.002
Despesas financeiras	22	<u>(143.660)</u>	<u>(114.282)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		7.262	72.914
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(10.251)	(23.022)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>14.826</u>	<u>4.312</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u>11.837</u>	<u>54.204</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Adami S/A. - Madeiras**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Resultado do exercício</b>	11.837	54.204
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>11.837</u></u>	<u><u>54.204</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção	Lucros a realizar	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	100.000	187.826	7.456	30.854	79.519	-	405.655
Distribuição de dividendos	-	-	-	(5.820)	-	-	(5.820)
Realização do custo atribuído líquido de tributos	-	(5.340)	-	-	-	5.340	-
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	-	-	-	-	(6.463)	6.463	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	54.204	54.204
Transferência para lucros não realizados de ganhos com ativos biológicos	-	-	-	-	11.929	(11.929)	-
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal	-	-	2.711	-	-	(2.711)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(8.766)	(8.766)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(4.107)	(4.107)
Constituição de reservas de retenção	-	-	-	38.494	-	(38.494)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	100.000	182.486	10.167	63.528	84.985	-	441.166
Realização do custo atribuído líquido de tributos	-	(5.125)	-	-	-	5.125	-
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	10.b	-	-	-	(10.976)	10.976	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	11.837	11.837
Transferência para lucros não realizados de ganhos com ativos biológicos	10.b	-	-	-	13.477	(13.477)	-
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal	-	-	592	-	-	(592)	-
Juros sobre o capital próprio	18.c	-	-	-	-	(12.600)	(12.600)
Constituição de reservas de retenção	-	-	-	1.269	-	(1.269)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	100.000	177.361	10.759	64.797	87.486	-	440.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	11.837	54.204
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	34.061	30.798
Exaustão	27.090	20.781
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e contingências	(5.050)	(4.982)
Impostos diferidos	(14.826)	(4.312)
Variações monetárias, juros e derivativos não realizados	57.598	87.551
Resultado na venda de ativos imobilizados	(338)	(270)
Variação valor justo dos ativos biológicos	(20.421)	(18.074)
Equivalência patrimonial	(7.714)	(9.231)
	<u>82.237</u>	<u>156.465</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	4.436	2.949
Estoques	3.807	(7.021)
Impostos a recuperar	(434)	(54.077)
Outras contas a receber	(6.219)	(5.878)
Fornecedores	(12.266)	11.211
Impostos e contribuições a recolher	(12.439)	(4.596)
Outras contas a pagar	1.915	16.332
	<u>61.037</u>	<u>115.385</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	61.037	115.385
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras	(7.569)	(32.007)
Aquisições de imobilizado	(11.216)	(40.427)
Aquisições de ativos biológicos	(9.967)	(9.196)
Aquisições de investimentos	(1.419)	(270)
Recebimentos de dividendos	8.769	3.746
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	606	548
	<u>(20.796)</u>	<u>(77.606)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	(20.796)	(77.606)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(17.932)	(10.345)
Empréstimos tomados	326.119	160.040
Pagamentos de empréstimos	(255.786)	(278.057)
Liquidação de derivativos	(3.006)	-
Debêntures emitidas	-	128.500
Pagamentos de debêntures	(50.595)	(15.865)
	<u>(1.200)</u>	<u>(15.727)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>	(1.200)	(15.727)
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>39.041</u>	<u>22.052</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	73.486	51.434
No fim do exercício	<u>112.527</u>	<u>73.486</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>39.041</u>	<u>22.052</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 10 de março de 2017.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

#### c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 10 - Ativos biológicos e nota explicativa 14 - Imobilizado.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

#### **a. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação e são reconhecidas no resultado.

#### **b. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando existe o direito legal ou a intenção de liquidar os valores em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem financiamentos, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

**(ii) *Passivos financeiros não derivativos***

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e exista a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) *Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de eliminar riscos de determinadas exposições a risco de moeda.

**c. *Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

**d. *Estoques***

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**e. *Imobilizado***

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Bens adquiridos por <i>leasing</i>	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

**g. Redução ao valor recuperável - (*Impairment*)**

**(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**h. Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente

dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

**i. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k. Receita operacional**

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**l. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**m. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.



O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**n. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**a. Ativos financeiros não derivativos**

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mutuos com partes relacionadas são avaliadas no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

**b. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

**c. Ativos biológicos**

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

Avaliado a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	6.108	1.835
Aplicações financeiras	<u>106.419</u>	<u>71.651</u>
	<u>112.527</u>	<u>73.486</u>

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

## 6 Aplicações financeiras

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, e estão vinculados a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

## 7 Contas a receber de clientes

	2016	2015
No País	78.669	85.764
No Exterior	12.676	10.017
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.759)</u>	<u>(5.503)</u>
	<u>87.586</u>	<u>90.278</u>

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2016	2015
A vencer	78.289	87.078
Vencidos há 30 dias	5.676	2.283
Vencidos de 31 a 60 dias	550	281
Vencidos de 61 a 90 dias	199	168
Vencidos de 91 a 180 dias	291	380
Vencidos há mais de 180 dias	<u>6.340</u>	<u>5.591</u>
	91.345	95.781
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.759)</u>	<u>(5.503)</u>
	<u>87.586</u>	<u>90.278</u>

## Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo inicial no início do exercício	5.503	10.711
Adições	106	128
Baixas	<u>(1.850)</u>	<u>(5.336)</u>
Saldo no final do exercício	<u>3.759</u>	<u>5.503</u>

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica “despesas com vendas” na demonstração de resultado.

### **Garantias**

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui o valor de R\$ 10.239 (R\$ 16.677 em 2015) de duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

## **8 Estoques**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Matérias-primas e materiais auxiliares	25.293	30.947
Almoxarifado	20.183	18.069
Produtos acabados-madeira	1.567	1.782
Produtos acabados-embalagem	2.530	2.263
Produtos em elaboração	491	640
Adiantamentos a fornecedores	1.562	2.049
Outros	<u>5.298</u>	<u>4.981</u>
	<u>56.924</u>	<u>60.731</u>

A Companhia realiza o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o ano de 2016, a Administração considerou não haver necessidade constituição de provisão para perdas com estoques.

## **9 Impostos a recuperar**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
ICMS à recuperar	5.277	4.557
IPI à recuperar (a)	34.343	50.786
IRPJ à recuperar	13.648	3.989
CSLL à recuperar	2.773	821
Outros impostos à recuperar	<u>5.415</u>	<u>1.737</u>
	<u>61.456</u>	<u>61.890</u>
Circulante	39.595	40.268
Não Circulante	21.861	21.622

- (a) O saldo de IPI a recuperar refere-se principalmente a créditos decorrentes de um processo judicial de créditos de IPI incidentes na aquisição de matérias-primas, isentas, não tributadas ou sujeitas a alíquota zero, o qual teve seu trânsito em julgado em favor da Companhia. A Companhia estima compensar a totalidade do crédito até o exercício de 2018.

## **10 Ativos biológicos**

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço da madeira, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

**a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos**

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) São mantidas a custo histórico as florestas de pinus e eucalipto até o sexto ano de plantio, em decorrência do entendimento da administração de que durante esse período, o custo histórico melhor representa o valor justo desses ativos biológicos;
- (ii) As florestas, a partir do 7º ano de plantio, são valorizadas por seu valor justo, considerando o inventário florestal em cada data base, valorizado a preço de mercado da madeira em pé, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo; e
- (iii) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratarem-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo.

**b. Movimentação dos ativos biológicos**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	212.308
Novas plantações	9.196
(-) Exaustão (a)	(20.781)
Ajuste ao valor justo (b)	18.074
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	218.797
Novas plantações	9.967
(-) Exaustão (a)	(27.090)
Ajuste ao valor justo (b)	20.421
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	222.095
Circulante	29.909
Não circulante	192.186

- (a) Do valor total exaurido, o montante de R\$ 16.630 (R\$ 9.792 em 2015), o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 10.976 (R\$ 6.463 em 2015), refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.
- (b) Os valores de ajuste ao valor justo, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R\$ 13.477 (R\$ 11.929 em 2015) foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da administração para a extração de árvores em 2017.

Em 31 de dezembro de 2016 florestas no valor de R\$ 63.774 (R\$ 41.197 em 2015) estão vinculadas a penhor agrícola registrada para garantir empréstimos bancários.

## 11 Depósitos judiciais e provisão para contingências

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Tributários	4.786	5.531
Trabalhista	<u>2.303</u>	<u>845</u>
	<u>7.089</u>	<u>6.376</u>
<b>Provisão para contingências</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Trabalhista	1.296	1.000
Cíveis	967	250
Tributários	-	1.288
Honorários	-	1.027
Ambiental	<u>-</u>	<u>2.004</u>
	<u>2.263</u>	<u>5.569</u>

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários, trabalhistas e ambientais contra os quais foram interpostos recursos.

### Contingências possíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões cíveis, tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui processos no montante total estimado de R\$ 19.116 (R\$ 21.691 em 2015), cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

## 12 Impostos de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Provisão para contingências	769	1.894
Provisão para comissões	659	624
Provisão para <i>impairment</i> (nota explicativa 14)	3.354	3.354
Derivativos tributados na liquidação (nota explicativa 23.j)	9.333	-
Outras provisões temporárias	<u>2.014</u>	<u>2.933</u>
	<u>16.129</u>	<u>8.805</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Custo atribuído	(81.277)	(83.475)
Ativo biológico (nota explicativa 10)	(45.070)	(43.781)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(10.091)	(10.533)
Derivativos tributados na liquidação (nota explicativa 23.j)	-	(6.553)
Outras receitas temporárias	<u>(1.456)</u>	<u>(1.054)</u>
	<u>(137.894)</u>	<u>(145.396)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<u>(121.765)</u>	<u>(136.591)</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos calculados são sobre adições temporárias, as quais serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

**b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro antes dos impostos	7.262	72.914
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(2.469)	(24.791)
<b>(Adições) e exclusões permanentes</b>		
Juros sobre capital próprio	4.024	2.980
Equivalência patrimonial	(2.623)	(3.138)
Outras (adições) exclusões	5.643	6.239
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	4.575	(18.710)
Alíquota efetiva	(63%)	26%

**13 Investimentos**

	Passos Maia Energética S.A (a)	Cia Bom Sucesso de Eletricidade (b)	Outros	Total 2016	Total 2015
<b>Valores das investidas</b>	28.692	2.091	3.793	34.576	33.852
Patrimônio líquido	57.384	6.630	-	64.014	65.405
Resultado do exercício	15.427	-	-	-	-
Participação no capital em %	50%	32,09%	-	-	-
<b>Movimentação dos investimentos</b>					
Saldos dos investimentos no início do exercício	29.387	2.091	2.374	33.852	29.790
Dividendos creditados/recebidos	(8.409)	-	-	(8.409)	(5.439)
Aquisições	-	-	1.419	1.419	270
Resultado de equivalência patrimonial	7.714	-	-	7.714	9.231
Saldos dos investimentos no fim do exercício	28.692	2.091	3.793	34.576	33.852

- (a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.
- (b) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao outro acionista controlador da Companhia coligada a qual não é consolidada.

## 14 Imobilizado

### Movimentação do custo e depreciação

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	169.669	119.247	340.313	2.818	6.401	20.233	2.722	29.162	4.888	4.339	699.792
Adições	1.250	375	-	267	948	-	256	26.032	220	11.079	40.427
Baixas	-	(26)	(589)	(42)	(564)	(120)	-	-	-	-	(1.341)
Transferências	-	16.210	28.097	62	131	-	25	(27.784)	(2.827)	(13.914)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	170.919	135.806	367.821	3.105	6.916	20.113	3.003	27.410	2.281	1.504	738.878
Adições	5.309	90	499	98	843	-	515	701	84	3.077	11.216
Baixas	-	(7)	(811)	(177)	(322)	(77)	(109)	(7)	-	-	(1.510)
Transferências	-	4.934	22.392	3	145	-	123	(24.379)	(73)	(3.145)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>176.228</u>	<u>140.823</u>	<u>389.901</u>	<u>3.029</u>	<u>7.582</u>	<u>20.036</u>	<u>3.532</u>	<u>3.725</u>	<u>2.292</u>	<u>1.436</u>	<u>748.584</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	-	22.044	196.790	1.763	3.489	10.178	1.682	108	-	-	236.054
Depreciação no exercício	-	3.647	24.296	200	1.177	2.549	345	88	-	-	32.302
Baixa	-	(63)	(840)	(35)	(341)	(120)	-	(1)	-	-	(1.400)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	-	25.628	220.246	1.928	4.325	12.607	2.027	195	-	-	266.956
Depreciação no exercício	-	4.379	26.671	206	1.141	2.430	393	120	-	-	35.340
Baixa	-	(44)	(732)	(149)	(199)	(77)	(131)	-	-	-	(1.332)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>-</u>	<u>29.963</u>	<u>246.185</u>	<u>1.985</u>	<u>5.267</u>	<u>14.960</u>	<u>2.289</u>	<u>315</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>300.964</u>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2015</b>	170.919	110.178	147.575	1.177	2.591	7.506	976	27.215	2.281	1.504	471.922
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016</b>	176.228	110.860	143.716	1.044	2.315	5.076	1.243	3.410	2.292	1.436	447.620

## **Garantias**

Em 31 de dezembro de 2016 propriedades no valor de R\$ 120.073 (R\$ 76.319 em 2015) estão vinculadas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

## **Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia possui o montante total de R\$ 9.865 de provisão para *impairment* de máquinas e equipamentos registrado em anos anteriores, cujo o uso está sendo avaliado pela Administração.

A Administração não identificou necessidade de complemento da provisão para *impairment* para o período apresentado.

## **15 Empréstimos e financiamentos**

	<b>Encargos em 2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Moeda nacional:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,5% a 16,83% a.a. ou 9,5% a.a. + cesta de moedas	12.619	15.798
Arrendamento mercantil	6% a.a. + CDI	548	1.138
Capital de giro	De 3,5% a.a. + CDI ou 5,9% a.a. + TJLP/CDI	<u>37.954</u>	<u>74.293</u>
Total moeda nacional		<u>51.121</u>	<u>91.229</u>
<b>Moeda estrangeira:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,25% a 3% a.a.+ Libor ou Euribor + variação cambial	-	6.075
Arrendamento mercantil	7,63% a.a. + variação cambial	5.765	10.361
Capital de giro	4,25% a.a + variação cambial ou 5,5% a.a. + libor + variação cambial, ou 7,5% a.a. + variação cambial	79.279	3.695
Pré-pagamento de exportação	3,6% a 7,83% a.a. + variação cambial ou 5,122% a 5,26% a.a. + libor + variação cambial	<u>184.671</u>	<u>151.568</u>
Total moeda estrangeira		<u>269.715</u>	<u>171.699</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>320.836</u>	<u>262.928</u>
Circulante		75.976	140.265
Não circulante		244.860	122.663

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.



Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

2018	113.339
2019	78.326
2020	52.752
Após 2020	<u>443</u>
	<u>244.860</u>

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “*debt covenants*”, os quais foram integralmente atingidos em 2016.

## 16 Debêntures

Em 13 de fevereiro de 2015, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirográfica, não conversível em ações, com esforços restritos de distribuição com vencimento final em 27 de março de 2020, a qual foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2015. Em 31 de julho de 2015 as debêntures foram convoladas para debentures simples da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com vencimento final em 27 de março de 2020. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

- **Montante:** até R\$ 150.000.000,00 correspondentes a 15.000 debêntures;
- **Data:** (a) emissão: 13 de fevereiro de 2015 e (b) vencimento: 27 de março de 2020;
- **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de junho de 2015 a março de 2020.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestralmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2016.

Durante o ano de 2015 os debenturistas subscreveram 12.850 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 128.500. As debêntures remanescentes não foram subscritas pois o prazo para a subscrição se encerrou em setembro de 2015.

## 17 Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 6.490 (R\$ 4.475 em 31 de dezembro de 2015).

**b. Transações e saldos**

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui R\$ 650 (R\$ 1.178 em 2.015) de mutuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante.

## 18 Patrimônio líquido

**a. Capital social**

O Capital social subscrito e integralizado está representado por um total de 212.876 (212.876 em 2015) ações ordinárias sem valor nominal estão, assim dividido entre os acionistas em 2016:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marilia Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	<hr/>
	100,00

**b. Reserva de lucros**

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- **Retenção**

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

- **Reserva de lucros a realizar**

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

**c. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2016, a Companhia pagou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10.710 (R\$ 7.451 em 2015), líquido do imposto de renda na fonte de R\$ 1.890 (R\$ 1.315 em 2015), o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

	<b>2016</b>
Lucro líquido do exercício	11.837
(-) Reserva legal (5%)	<u>(592)</u>
Base de cálculo dividendos	11.245
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	2.810
(-) Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	<u>10.710</u>
<b>Dividendos à pagar</b>	<u><u>-</u></u>

Conforme demonstrado acima, os dividendos mínimos obrigatórios do exercício apresentou montante inferior aos juros sobre capital próprio imputados e por esse motivo não há provisão adicional a ser realizada.

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

**19 Receita operacional líquida**

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Venda de produtos e serviços	677.397	680.744
Deduções de vendas	<u>(116.341)</u>	<u>(119.547)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><u>561.056</u></u>	<u><u>561.197</u></u>

## 20 Despesas por natureza

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Matéria prima e materiais de uso e consumo	212.104	206.117
Despesas com pessoal	114.119	97.149
Despesas com frete	41.669	41.527
Depreciações e amortizações	34.061	30.798
Exaustão	27.090	20.807
Suprimentos Industriais	23.973	22.671
Manutenção	23.493	22.579
Energia Elétrica	22.487	17.294
Despesas com comissões	10.102	13.244
Benefícios a empregados	7.576	7.475
Outras receitas e despesas	15.807	27.653
	532.481	507.314
 <b>Classificação por função</b>		
Custo dos produtos vendidos	416.324	387.076
Vendas	80.088	83.170
Administrativas	36.069	37.068
	532.481	507.314

## 21 Outras receitas e despesas operacionais

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Ganho líquido na alienação de bens	338	270
Créditos fiscais de IPI (nota explicativa 9.a)	15.670	63.291
Outras receitas (a)	6.562	519
	22.570	64.080

- (a) Refere-se a créditos decorrentes de um processo judicial de créditos junto a Eletrobrás S/A, o qual teve seu trânsito em julgado em favor da Companhia durante o ano de 2016.

## 22 Receitas financeiras e despesas financeiras

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Variações cambiais ativas	66.959	19.835
Juros de aplicações financeira	13.132	11.990
Ganhos com derivativos (nota explicativa 23.j)	10.959	27.441
Variações monetárias ativas	870	226
Outras receitas financeiras	<u>143</u>	<u>510</u>
	<u>92.063</u>	<u>60.002</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações cambiais passivas	(35.222)	(65.563)
Juros	(46.952)	(47.387)
Variações monetárias passivas	(502)	(1.205)
Perdas com derivativos (nota explicativa 23.j)	(60.687)	-
Outras despesas financeiras	<u>(297)</u>	<u>(127)</u>
	<u>(143.660)</u>	<u>(114.282)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u>(51.597)</u></u>	<u><u>(54.280)</u></u>

## 23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

### a. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

### (i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) **Aplicações financeiras**

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em instituições consideradas de baixo risco. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

O valor contábil dos principais ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	112.527	73.486
Aplicações financeiras	39.576	32.007
Contas a receber de clientes	<u>87.586</u>	<u>90.278</u>
Total	<u>239.689</u>	<u>195.771</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica. Também não possui risco de crédito por tipo de conta parte, pois os principais clientes não são representativos em relação ao total do contas a receber. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, são mantidos saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2016, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

**c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

**d. Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

**e. Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

**f. Gestão de capital**

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

**g. Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juros estavam assim representados:

Valor contábil	2016	2015
<b>Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada</b>		
Aplicações financeiras	145.995	103.658
Empréstimos e financiamentos	221.641	97.304
Debêntures	98.461	128.763

**h. Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A exposição contábil da Companhia estava assim representada:

	<b>2016</b>	
	<b>Moeda estrangeira (US\$ mil)</b>	<b>R\$</b>
<b>Ativo</b>		
Contas a receber	3.890	12.676
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	(176)	(575)
Empréstimos	(82.757)	(269.715)
Contrato de <i>Swap</i> - valor <i>notional</i>	28.801	93.892
Contrato de <i>Swap</i> - valor justo	(8.482)	(27.459)
Exposição líquida	(58.724)	(191.181)

**i. Valor justo**

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	112.527	112.527	73.486	73.486
Aplicações financeiras	39.576	39.576	32.007	32.007
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a receber de clientes	87.586	87.586	90.278	90.278
Empréstimos, financiamentos e debêntures	419.297	419.297	391.691	391.691
Fornecedores	35.585	35.585	47.851	47.851
<b>Instrumentos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	27.449	27.459	19.275	19.275

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.



- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os saldos classificados em outras contas a receber que se referem ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos não estão incluídos nesse valor.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas variáveis / pós fixadas que se equivalem às taxas de mercado.

**j. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia operou com instrumentos financeiros derivativos (*Swap*) para *Hedge* de exposição de contrato de empréstimos em moeda estrangeira que resultaram em uma perda líquida de R\$ 49.728 durante o exercício de 2016 (ganho líquido de R\$ 27.441 em 2015) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 22).

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui instrumentos derivativos vigentes, cujo valor justo líquido passivo é de R\$ 27.449 (R\$ 19.275 líquido ativo em 31 de dezembro de 2015).